

A ESCRAVIDÃO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO: UM ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS DOS ESCRAVOS ATRAVÉS DOS JORNAIS (1831 A 1888) ¹

Antutérpio Dias PEREIRA ²
Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/ MS

Resumo

Neste artigo analiso, de forma introdutória, a resistência dos negros e negras escravas na Província de Mato Grosso, através da abordagem dos Jornais: *O Iniciador*; *A situação*; *o Liberal*, e *A província de Mato Grosso* vinculando-os com um debate sobre as fontes documentais e historiográficas, tendo como base teórica a História Social da Escravidão. O recorte temporal tem início em 1831 e o término em 1888.

Palavras-chave: Escravidão, Resistência, Jornalismo, Liberdades e Jornais.

¹ Trabalho apresentado no 1º Encontro Centro-Oeste de História da Mídia – Alcar CO 2012, 31/10 e 01/11 2012, Unigram/ Dourados/ MS.

² Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) PPGHIS/UFGD. antuterpio@yahoo.com.br / orientando da Professora Doutora Nauk Maria de Jesus/UFGD.

Ao iniciarmos as pesquisas sobre a História Social da Escravidão negra no século XIX, constatamos que há uma reduzida produção sobre o tema, na Província de Mato Grosso. Embora, as consequências socioeconômicas deste passado ainda se fazem sentir no presente. Procurando preencher esta lacuna é que propomos este artigo, sendo que, salvo engano do pesquisador, esta abordagem é inédita no Estado com este marco teórico e temporal.

Os processos sócio históricos devem ser analisados em escalas reduzidas, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como o resultado de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas de resistências individuais e coletivas de escravos e negros livres.

O que diz respeito às fontes, uma parte encontra-se organizada e catalogada no Arquivo Público do Mato Grosso. Os fundos arquivísticos a serem utilizados nesta pesquisa serão: Poder Judiciário Estadual que contém documentação manuscrita, referente ao Período Imperial. No Arquivo Público de Mato Grosso do Sul utilizaremos os fundos arquivísticos do Poder Judiciário estadual do 1º e 2º Ofícios das cidades de Paranaíba, Corumbá, Miranda e o Cartório de Paz e do Registro Civil de Nioaque que constituem um riquíssimo material referente a escravidão no Sul do Estado (cartas de liberdades, Escrituras de compra e venda, hipotecas, procurações, testamentos), documentos que foram transcritos em 1994 e deu origem ao livro “Como se de ventre livre nascido fosse...” publicado pelo Arquivo Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Devemos destacar que toda essa documentação do período delimitado já foi analisada.

O Fundo Poder Judiciário Estadual do Arquivo Público de Mato Grosso é composto por 3 grupos representados pelos cartórios de 1º, 2º e 5º Ofícios. Desta documentação cartorária pesquisamos em específico a documentação do 2º Ofício que abriga os processos criminais e as ações de liberdades referentes ao Período Imperial. No 5º Ofício encontram-se os inventários que foram selecionados devido aos inventariados serem negros forros. Pesquisamos também 01 livro de Matrícula de africanos livres entregues pelo Governo Imperial à sociedade de Mineração da Província de Mato Grosso.

Utilizaremos como fonte de pesquisa as matérias vinculadas nos Jornais da Província de Mato Grosso, porque a imprensa cumpre um importante papel ao divulgar e defender os interesses diversos, na tentativa de

³ Sobre este fato ver AZEVEDO, Célia Maria M. Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX. São Paulo: Paz e Terra. E MACHADO FILHO, Oswaldo. Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá – MT: Carlini & Carniato: E-dUFMT, 2006. BARBOSA, Wilson do Nascimento. O caminho do negro no Brasil. São Paulo, 1999 – Mimeo. AZEVEDO, Elciene. Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas-SP, Editora da Unicamp, Cecult, 1999. E O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na Província de São Paulo. Campinas SP, Editora da Unicamp, 2010. p17

conquistar os corações e ganhar a mente e a simpatia da opinião pública, cuja pressão, contra ou a favor, certamente interferia, nas ações das autoridades e sobretudo na decisão do Conselho de Jurados.³

Na Província de Mato Grosso analisamos os seguintes jornais: *O Iniciador*; *A situação*; *o Liberal*, e *A província de Mato Grosso*. Esta análise por exemplo, do Jornal “A Situação”, a priori, realizada demonstrou que as matérias publicadas demonstrava a postura política conservadora do Jornal, que não se cansava de afirmar o perigo da desordem que poderia reinar entre os escravos e seus senhores decorrentes da ação abolicionista e defendiam o direito dos senhores manterem o controle sobre as suas propriedade escrava. Para Lilia Moritz Schwarcz,

“ (...) a seleção do jornal enquanto documento básico se mostra significativa. Em primeiro lugar por se constituir em fonte histórica bastante completa e complexa, já que nele convergiam posições e opiniões diversas e representativas e esse parece ser um período relevante no que tange também à história do jornal no Brasil” (SCHWARCZ, 2008, p 16)

O Jornal ataca fortemente, o Juiz de direito interino de Cuiabá, Dr Antonio Augusto Rodrigues, devido a uma decisão sua de acatar o pedido de Liberdade de 112 africanos⁴, tendo como base a Lei de 1831, o artigo apela para o bom senso do Presidente da Província de Mato Grosso e para o Tribunal da Relação: “...., os livros da collectoria não estão a sua disposição para serem borrados como no exercício do seu cargo acaba de enlamear a sua toga...”⁵

A utilização e seleção dos jornais como fonte de pesquisa histórica mostrou-se muito significativa porque convergem posições e opiniões diversas e representativas. Devemos entender os fragmentos de textos com “produto social”, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido como tal envolvendo expectativas, posições e representações próprias plenos de significações e interpretações de um mesmo fato.

Com a análise dos jornais provincianos procuramos descobrir qual era a visão da população branca sobre os escravos negros na Província de Mato Grosso e a partir deste ponto ampliar, o entendimento sobre a resistência negra e o significado da frágil liberdade para os escravos negros e forros que aparecem no texto como uma “Linguagem do Silêncio onde a linguagem diz por si mesma, ainda que se renuncie a fazê-lo”.

Pesquisamos também 50 processos contra a pessoa, contra o patrimônio e contra a ordem, nos quais escravos, libertos e negros livres são identificados como réus, ou vítimas existentes nos documentos cartoriais existentes no Arquivo Publico de Mato Grosso e no Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso e nas cartas de liberdades e revogações de liberdade transcritos no livro “como se de ventre livre nascido fosse...” que traz varias transcrições dos documentos sobre escravidão existente no Arquivo Publico de Mato Grosso do Sul .

Os processos civis foram escolhidos como base para este projeto, porque revelam as visões de mundo, as práticas, as representações, as trocas culturais e é uma tentativa da justiça de revelar e conhecer os aspectos da

⁴ JORNAL “A Situação”, Cuyabá, Anno XIX 23 de maio de 1886 – nº 1036 - APMT

⁵ JORNAL “A Situação”, Cuyabá, Anno XIX 23 de maio de 1886 – nº 1036 - APMT

vida cotidiana, o que confere aos processos criminais e civis uma singular importância.

Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. Os senhores sabiam da precariedade da acomodação que para Eugene Genovese tinha um sentido ambíguo “correntezas perigosas e fortes passavam sob aquela docilidade e ajustamento.” Os Relatórios serão importantes porque demonstram implicitamente, este medo, e, explicitamente as formas que o Estado Imperial o combatia, principalmente os Quilombos.

Essa diversidade de opinião e de documentos é de fundamental importância para o projeto, porque são opiniões, posturas diferentes, em relação ao escravo negro que no final da década de 1870, passa a frequentar constantemente as diferentes seções dos jornais da Província de Mato Grosso saindo dos anúncios de classificados de aluguel, venda ou captura de escravos. Através desses fragmentos de textos da imprensa que conseguiram chegar até nós procuraremos reconstruir, dentro do possível, as estratégias de resistências destes sujeitos históricos e a sua luta pela liberdade.

Natalia Roseira, ao analisar os aspectos técnicos dos Jornais da província de Mato Grosso aponta que:

“No século XIX os jornais editados em Cuiabá tinham certas peculiaridades que os diferenciam dos jornais de hoje. Os periódicos pesquisados traziam vários tipos de texto, como os literários, os noticiosos, os políticos, os culturais, artigos, editoriais, entre outros. No entanto, normalmente se utilizavam expedientes poéticos, o que de um modo geral não acontece hoje. Os jornais publicavam textos que atualmente se aproximam do texto de revistas. Ou seja, a imprensa de então buscava seduzir o leitor sendo criativa, mas não indo diretamente ao fato, começando por uma “introdução” do assunto”. (ROSEIRA, 2006, p 6)

Outro fato que chama a atenção é que as notícias vinham misturadas à opinião do redator, ou do proprietário do jornal, hoje isso não costuma ocorrer. O jornal é dividido em cadernos, por assuntos, diferente dos editados em Cuiabá no século XIX, e existem as páginas específicas para as opiniões dos jornalistas, leitores, proprietários do jornal (editorial) e outros profissionais que queiram escrever. As categorias, jornalismo, informativo, interpretativo e opinativo, não existiam, tudo estava no mesmo texto, não era separado.

Sabemos que o ofício do historiador não é fácil. Falta tudo. Mas sobra coragem. Trabalhamos com uma árdua tarefa de construir interpretações que já nascem condenadas à sua temporalidade, parcialidades e finitudes. Utilizamos, os traços, os vestígios contidos em documentos históricos para trazer à superfície valores, entendimentos, definições, alegrias, tristezas, esperanças, lutas, perdas e vitórias que permeavam os relacionamentos humanos em tempo outrora.

Não queremos em hipótese alguma fazer uma apologia às relações escravistas baseadas no “paternalismo escravista⁶” e muito menos “reabilitar a escravidão⁷”. Ela foi, sem nenhuma sombra de dúvida, violenta, horrorosa, desumana, um crime contra a humanidade de milhões de negros brasileiros e africanos, com consequências desastrosas para seus descendentes⁸. Queremos ampliar o discurso historiográfico, explorar as fontes citadas e ir além da dicotomia senhor versus escravo na análise do cotidiano dos escravos negros e libertos na província

de Mato Grosso de 1831 a 1888.

Uma visão simplista das formas básicas de relacionamento na sociedade escravista, tem sido sintetizada em uma dicotomia muito enraizada na cultura brasileira. Explicando a complexa realidade dos escravos a partir de dois pontos de vista: o escravo dócil e o escravo rebelde ou “De um lado, Zumbi dos Palmares, a Ira Sagrada, o treme-terra; de outro o Pai João, a submissão conformada.”⁹

Para Fernando Henrique Cardoso¹⁰ os escravos se auto representavam como seres incapazes de ação autônoma ou seja, os negros seriam incapazes de produzir valores e normas próprias que orientassem a sua conduta social. Para Jacob Gorender, a teoria do escravo coisa tem prosseguimento ao defender a idéia de que o “oprimido pode chegar a ver-se qual a vê o seu opressor e o primeiro ato humano do escravo é o crime, desde o atentado contra o seu senhor à fuga do cativoiro”.¹¹ Os negros oscilariam entre a passividade e a rebeldia e a única forma de negarem a coisificação social era o inconformismo.

Para Sidney Chalhoub, a luta desta corrente da sociologia paulista¹² era combater o mito da democracia racial¹³ e este embate trouxe várias conseqüências positivas para análise da situação do negro contemporâneo.¹⁴ Michel de Certeau nos alerta que o historiador tem que escrever e pesquisar partindo do seu lugar social e reportando-se para os seus pares e para a sociedade da qual faz parte¹⁵ e para alcançar este objetivos ele precisa problematizar e criticar as suas bases teóricas e documentais.

⁶ FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 34^a. Rio de Janeiro: Record, 1998

⁷ GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo – SP, Ática, 1990.

⁸ Ver NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. O negro, questões culturais e “raciais”. UFMT/R-Depto História. 2001 e Racismo Brasileiro, uma pequena introdução crítica. UFMT/R-Depto História. 2000

⁹ REIS, João J. & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negro no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P 13

¹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977

¹¹ GORENDER, Jacob. A escravidão reabilitada. São Paulo – SP, Ática, 1990.

¹² CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma historia das ultimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹³ Sobre a democracia racial ver: TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. Racismo cordial. 2^a ed. São Paulo: Ática, 1998; SANTOS, Joel Rufino dos. O que é Racismo. São Paulo: Brasiliense, 1988. Col. Primeiros passos; ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo: Brasiliense, 1989. col. Primeiros passos.

¹⁴ NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. O negro, questões culturais e “raciais”. UFMT/R-Depto História. 2001. Racismo Brasileiro, uma pequena introdução crítica. UFMT/R-Depto História. 2000; GUIMARÃES, Antonio S. & HUNTLEY, Lynn (org). Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000

¹⁵ CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

A escravidão não transforma os negros, segundo Sidney Chaloub, em seres “incapazes de ação autônoma”; nem em passivos receptores de valores senhoriais e muito menos em rebeldes heroicos e indomáveis¹⁶. Na construção e manutenção de suas estratégias de resistências, os escravos, alforriados criaram uma singular astúcia pessoal na exploração das brechas do poder escravocrata. Eles sabiam manipular as cartas certas no trato com os brancos. Para André Rosemberg os libertos tinham mais chance de explorar as várias possibilidades nesta negociação velada.¹⁸ Enquanto que cotidianamente para Maria Cristina Wissembach¹⁹, os escravos e libertos, tiveram que sobreviver e improvisar respostas compatíveis à sua luta diária contra a escravidão. Transformando os mecanismos da discriminação, da segregação, da falta de recursos e da ausência de instituições que lhes amparassem, num árduo aprendizado da experiência da liberdade.

Negros como: José, o africano; José Antonio; Anna Nagô, Manoel, Inocêncio; Joaquina; Ricardo, nagô; Bonifácio; Florentino; Macário; Maria Benguella; Rita nagô,

Apolinário; Mariana; Leocádia Benguella; Julião Congo; Cazemiro Congo; Firmino Benguela; Cláudio Congo; João Cabinda; Josefa; José, escravo e muitos outros²⁰.

Não podemos esquecer que a História do negro no Brasil e na Província de Mato Grosso, não pode ser compreendida sem a referência explícita ao preconceito racial que normatizou a organização da vida escrava e forra na colônia, no Império e na República e teve como um dos seus divulgadores Nina Rodrigues.²¹

Estas ideias de evolução e de “diferenças raciais” são constantes em Jornais do Sudeste, e os Jornais do in-

¹⁶ CHALHOUB, Sidney. op. cit

¹⁷ REIS, João J. & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negro no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P 48

¹⁸ ROSEMBERG, André. Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos na década de 1880. São Paulo: Alameda, 2006. E MACHADO, Maria Helena P.T. O Plano e o Pânico: Movimentos sociais na Década da Abolição. 2.ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

¹⁹ WISSEMBACH, Maria Cristina C. Sonhos Africanos, Vivências Ladinas. Escravos e Forros no Município de São Paulo, 1850 -1880. 2ª Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009

²⁰ Levantamento baseado na documentação encontrada durante as pesquisas realizadas entre 2009 a 2011 no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) e no Núcleo de Documentação de História Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (NDHIR/UFMT); Arquivo Publico de Mato Grosso do Sul (APMS).

²¹ RODRIGUES, R. N. Os africanos no Brasil, 2. ed., São Paulo, 1935 - SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930), São Paulo, Companhia das Letras, 1993 - FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classe. São Paulo: Ática, 1984. Vol. 1 e 2 - E Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez e Associados (col. Polêmica do nosso tempo, volume 33), 1989.

terior (Mato Grosso) copiavam estes artigos. O Jornal Correio Paulistano em seus diversos discursos explicavam desde a inferioridade da raça negra com relação à branca até suas características de “humildade e servilismo”,

“ A raça negra progride (...) Em virtude da acirrada observação anthropologica de sabido valor afirma a iminente autoridade afetiva dessa raça a séculos tão cruelmente explorada em razão mesmo de seus dotes naturaes de brandura e submissão. Por certo servilismo, bem conhecemos, essa fria sensibilidade, desinteressado apego de coração da raça negra (Correio Paulistano, 7 de julho de 1892)

Para melhorar a caracterização da raça negra, comentava-se insistentemente no Correio sobre seu continente de origem, com seus “costumes primitivos” e espécimes exóticos.

“ (...) É um bello espécime de selvagem nobre perfeitamente negro com uma estatura de cerca de seis pés, parece contar com 50 annos e tem uma fisionomia simples e benévola. Não dá trabalho, só come um boi inteiro por dia. ” (Correio Paulistano, 3 de dezembro de 1883)

Existia, para a historiadora Silvia Hunold Lara, um clima acentuadamente discriminatório e discricionário alicerçado em uma política de vigilância constante sobre os escravos, redobrada nos alforriados e negros livres.²² Para Maria Helena Machado, o Historiador não pode ignorar a complexa realidade multivariada da escravidão²³ e muito menos a capacidade dos cativos em criar artifícios de sobrevivência que, certamente, acompanhariam os ex-escravos no trajeto de integração ao universo dos homens livres.²⁴ E são estes artifícios que este projeto pretende identificar e analisar.

Para o escravo havia a necessidade de reorganizar a escravidão em seus próprios termos, reordenar as relações escravistas entre eles e seus senhores, reafirmar valores étnicos entre seus iguais, são os objetos das lutas coletivas, entre ou individuais dos cativos. Porque o anseio maior era sobreviver e lutar com todas as armas disponíveis contra a ordem estabelecida pelo regime da escravidão.

²² Ver LARA, Silvia Hunold. Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 a 1808. Paz e Terra, 1998. E na província de Mato Grosso este controle era oficializado por várias leis entre elas a LEI PROVINCIAL Nº 22, 02 DE SETEMBRO DE 1843: Fixa sanções sobre os escravos que saírem fora das Cidades, Vilas e Povoações sem estar portando uma cédula datada e assinada por seu Senhor. Fonte Assembléia Legislativa de Mato Grosso. <http://www.al.mt.gov.br/TNX/viewLegislacao.php?cod=446> acesso em 05/03/2011

²³ MACHADO, Maria Helena P.T. O Plano e o Pânico: Movimentos sociais na Década da Abolição. 2.ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

²⁴ WISSEMBACH, Maria Cristina C. op cit. p 29

A alforria segundo, Laura de Mello e Souza e Eduardo França Paiva, era um engodo, uma contradição e serviria para aplacar ódios e ressentimentos para os escravos era uma forma de resistência que atuava, para ela, “dentro do sistema sem procurar rompê-lo.”²⁵ Enquanto que para Roberto Guedes fica difícil de entender este pensamento dicotômico entre o engodo do senhor e a resistência escrava. Será que os escravos caíram em uma armadilha senhorial e contribuíram para a manutenção da escravidão? Ele afirma que a alforria era “basicamente uma concessão senhorial”²⁶ seria no limite um acordo desigual, que foi estimulado pela pressão dos escravos e está situado, para Sidney Chalhoub no âmbito do “poder moral dos senhores.”²⁷

Na sociedade escravista, para Roberto Guedes, a desigualdade era o princípio básico e a alforria era o início da diferenciação social para os escravos. Por isso que a aceitação da concessão era uma atitude de submissão intencional (sem negar as tensões e os conflitos) e uma maneira de ascender socialmente. Para ele a alforria era um código de dominação paternalista que reforçava o poder senhorial e era vista de forma diferente pelos escravos que não negavam a negociação para consegui-la.²⁸ Ambas as formas coexistiram simultaneamente? E qual seria a visão que os escravos tinham da alforria? E os senhores como entendiam a alforria? Como os sujeitos históricos envolvidos utilizavam deste instrumento jurídico para conseguirem alcançar os seus objetivos?

Na historiografia regional que aborda a escravidão a Historiadora Lucia Helena Gaeta Aleixo²⁹, analisa a mão-de-obra escrava e livre em Mato Grosso no período de 1850 a 1888, ressaltando a necessidade do Capital Mercantil em criar um mercado livre produzindo para o mercado internacional. Para ela a economia mercantil, no período colonial e Imperial, estava baseada na mineração e no trabalho escravo. Mas, a acumulação de Capital/dinheiro acontecia principalmente através do comércio. Esses comerciantes, com o declínio da mineração diversificaram suas atividades produtivas “a lavoura de cana-de-açúcar, a criação de gado e o extrativismo.”³⁰

Para Aleixo, o escravo era dominado através da violência e o braço escravo foi o responsável pela acumulação primitiva e ele estava inserido no plano da economia colonial e no da economia imperial. Esta idéia é rea-

²⁵ SOUZA, Laura de Mello e. Norma e Conflito. Aspectos da História de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1999 p156 e PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII. São Paulo: Annablume, 1995.

²⁶ GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz /São Paulo 1798-1850. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. P 183

²⁶ CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade. p 149-150

²⁷ GUEDES, Roberto. Op cit. p 182

²⁹ ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre – 1850 a 1888. Brasília. Ministério da Fazenda. 1994

³⁰ ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. Op. Cit. P 88

firmada por Edvaldo de Assis³¹, o negro escravo não foi utilizado nas atividades extrativistas da poaia e da erva mate, o escravo negro foi substituído pelo negro forro, devido a natureza e a extensão das áreas, era impossível o controle sobre o escravo.

Segundo, Edvaldo de Assis, para a Coroa Portuguesa era importante o maior número de trabalhadores escravizados nos trabalhos auríferos “para aumentar a produtividade.”³² Ele aborda também a violência física e cultural que sofreram os escravos na Província de Mato Grosso e que os mesmos devido a sua precária situação, eram mais propensos a serem atingido pelas epidemias da região de garimpo. Os trabalhadores escravizados resistiram como podiam a escravidão criando inúmeras formas de luta, como o suicídio; o assassinato; a fuga e a organização dos quilombos.

Na fala de vários Presidentes de Província, constatam-se que eles sabiam da precariedade da Paz, em um sistema escravista, ela nunca é verdadeira, porque mascara uma guerra não declarada.³³ Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural.³⁴ Os senhores sabiam da precariedade da acomodação que para Eugene Genovese tinha um sentido ambíguo “correntezas perigosas e fortes passavam sob aquela docilidade e ajustamento.”³⁵

Neste contexto, Maria de Lourdes Bandeira³⁶ faz um estudo sócio-antropológico sobre a constituição da comunidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, abordando a história da criação de Vila Bela e a sua transformação em uma cidade majoritariamente negra. Ela mostra a resistência dos pretos à identidade estigmatizante de cativos³⁷ e de como houve a reorganização da identidade étnica no processo histórico da formação da cidade e que foi o desejo de liberdade que uniu os negros na resistência à escravidão e na manutenção e consolidação da comunidade Vila Belense, principalmente, nos momentos de crise.

O cotidiano dos escravos na Província de Mato Grosso é analisado por Luiza Rios Ricci Volpato que procura resgatar o cotidiano dos cativos e a construção de sua identidade, “no trabalho, na transgressão e no quilom-

³¹ ASSIS, Edvaldo de. Contribuições para o estudo do negro em Mato Grosso. Cuiabá. EdUFMT. 1888

³² ASSIS, Edvaldo de. Op. Cit. P 28

³³ REIS, João J. & SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negro no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P33

³⁴ Conforme pesquisa realizada no Periódico O INCIADOR - cidade Corumbá – ano – 1879 - pagina 18/01 – seção cousas locais- NDHIR-UFMT

³⁵ REIS, João J. & SILVA . Op. Cit P 32

³⁶ BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense, 1988.

³⁷ BANDEIRA, Maria de Lourdes. Op. Cit. P 96

ação violenta dos escravistas e faz referência a uma possível acomodação pacífica entre os escravos e senhores, tendo como base para tal argumentação as Cartas de Liberdades, que mostravam gratidão por parte dos senhores em relação ao afeto demonstrado pelo escravo para com o senhor. Porém, há passagens onde a autora denuncia a violência e a tensão nessas relações sociais em Cuiabá marcadas pelo aspecto cruel e violento. Os escravos que optaram pela liberdade tinha várias alternativas “ a fuga, a luta armada, a cooptação, a compra da alforria”.⁴⁰

A historiadora, Luiza Rios Ricci Volpato, ao escrever sobre os quilombos ressaltou que a resistência ocorreu na luta do dia-a-dia, em pequenos enfrentamentos ou em fugas para as terras espanholas (nas regiões de fronteiras), ou criando quilombos em terras matogrossenses, como os quilombos de Quariterê, do Rio Manso, do Piraputanga e do centenário Sepotuba, um dos mais antigos existentes em Mato Grosso. Ela analisa a expansão dos quilombos e a articulação dos quilombolas com os soldados desertores para obterem armas, informações táticas, no período da Guerra do Paraguai (1864-1870), chegando a atacar fazendas próximas de Cuiabá, Capital da Província.⁴¹

Oswaldo Machado Filho⁴², analisa, através do assassinato do Tenente –Coronel Lauriano Xavier da Silva, a história da criminalidade cuiabana, o aparato legal para coibi-lo e as deficiências do sistema policial, precário para investigar, identificar e punir os culpados. O historiador para construir a sua narrativa utilizou de uma vasta documentação (relatórios, boletins, de ocorrências policiais, correspondências de chefes de polícia e de presidentes da província) para suprir algumas lacunas sobre a história da Província de Mato Grosso. Ele analisa a formação e o funcionamento das estratégias que o poder, na sociedade escravista, utiliza para manter os privilégios e se retroalimentar do ilegalismo, no jogo do poder.

A partir da descrição da Cuiabá do século XIX, o autor procura caracterizar a paisagem urbana vinculando-a com os fatos históricos, como a Guerra do Paraguai, aumento populacional, o progresso, o aumento da violência urbana e a falta de interesses das autoridades em relação as doenças que assolavam a população.⁴³ Ele faz uma reconstituição das relações sociais dos escravos ao citar em várias passagens o cotidiano dos escravos e suas relações sociais sendo a passagem mais rica a história do escravo Januário⁴⁴ e suas complexas redes de

³⁸ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 a 1888*. Cuiabá – MT. Marco Zero/EdUFMT, 1993

³⁹ VOLPATO. L R Ricci. *Op.cit* p 61

⁴⁰ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Op. Cit.* P 109/110

⁴¹ REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996. In VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira*. P. 215

⁴² MACHADO FILHO, Oswaldo. *Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais*. Cuiabá – MT: Carlini & Carniato:EdUFMT, 2006

⁴³ Ver CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

⁴⁴ MACHADO FILHO, Oswaldo. *Op. Cit* p 175

relacionamentos profissionais, amorosos e de interesses vários. E como o Estado Imperial, através da força policial, procurava controlar o lazer (principalmente o consumo da aguardente) para evitar a aproximação, através do uso da cachaça em ambientes comerciais, entre brancos e negros. “a aguardente, em cuja esteira vinham as brigas e a violência, mas que também era uma poderosa arma para nivelar as diferenças sócias e aproximar brancos e negros, livres e escravos.”⁴⁵

Nos jornais há uma clara menção aos malefícios do álcool entre a escravaria,

“ Morte no frio, Sexta feira ultima foi encontrado na estrada que vai de Sorocaba ao banco da Árvore Grande um individuo de cor preta de nome Sebastião. Pelas observações feitas, verificou-se que Sebastião morrera enregelado talvez devido a achar-se sob o efeito do Álcool.” (Correio Paulistano, 13 de agosto de 1890).

Essas obras sintetizadas acima são importantes porque procuraram retratar o cotidiano do escravo negro dentro da sociedade colonial e provincial de Mato Grosso. Suas várias abordagens documentais, teóricas demonstram a diversidade de encaminhamentos e focos que se pode ter sobre a História social da escravidão negra em Mato Grosso que é uma região pouco estudada pela historiografia brasileira que concentra suas pesquisas na região nordeste e sudeste. Este projeto vem de encontro há uma necessidade de se ampliar este debate, novos olhares⁴⁶, sobre novos lugares em relação a resistência escrava e a problemática da liberdade na Província de Mato Grosso.

Acreditamos que esta fundamentação teórica, em conjunto com as fontes selecionadas, nos permitirá reconstruir as estratégias criadas pelos escravos e negros forros para resistirem e lutarem contra a escravidão, como nos mostra a historia de Anna Nagô, alforriada, que em 1831, busca na justiça a carta de liberdade dos dois filhos, pois seu antigo senhor não quitou algumas dividas antes de morrer e o testamenteiro pede a penhora dos dois filhos de Anna⁴⁷.

Neste processo que ocorreu em Vila Bela da Santíssima Trindade, percebemos que os negros agiam baseados em uma racionalidade própria, muito sutil e perspicaz, e que suas ações eram firmemente baseadas em conhecimentos experiências que demonstram uma complexa e eficiente rede de solidariedade e de relações pessoais que nos levam a conjecturar sobre como uma escrava analfabeta teria acesso a um conhecimento específico sobre as leis? E como as suas relações sociais a levaram a encontrar alguém que a representasse contra o seu senhor, porque o escravo, por lei não poderia entrar diretamente contra o seu senhor.

Para a historiadora Silvia Hunold Lara, considerada por Alyson Luiz Freitas de Jesus a fundadora da nova historiografia brasileira sobre a escravidão, os forros e os escravos são agentes históricos que a partir do contato

⁴⁵ MACHADO FILHO, Oswaldo. Op. Cit p 176

⁴⁶ BURKE, Peter (org).A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1982.

⁴⁷ Doc da procuradoria geral dos ausentes – cartório do 2º ofício Cx 111 – ano 1881

diário passaram por um intenso processo de trocas culturais. Mas como se deu esta troca cultural na Província de Mato Grosso? Quais foram as bases de negociação destas trocas? Como os sujeitos históricos perceberam estas mudanças e transformações?

A análise dos jornais nos fez formular algumas questões fundamentais em relação ao tema: os escravos construíram uma racionalidade própria? Qual era a função da experiência e das relações pessoais? Por que sabemos que a luta pela liberdade envolvia um sentimento de união e solidariedade entre os que saíam vitoriosos e se envolviam em projetos de alforria de familiares e parentes mobilizando toda uma rede social.⁴⁸ Mas como escravos montavam essas redes? De que forma isso era percebido pelos senhores? Existiu uma relação mais próxima entre escravos e não escravos? Existiram em Mato Grosso as relações de apadrinhamento? Compadrio?

As histórias dos africanos livres, escravos, escravas, forros, livres, quilombolas, demonstram a complexidade das relações sócias na escravidão e de como os escravos utilizavam de suas relações de sociais para resistir. E é neste contexto de resistência que pretendemos analisar as fontes de pesquisa. Queremos ir além da dicotomia escravo bom, senhor mau na Província de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre – 1850 a 1888. Brasília. Ministério da Fazenda. 1994.
- ALYSSON, Luiz Freitas de Jesus. No sertão das Minas: violência e liberdade 1830-1888. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007. P 28
- ASSIS, Edvaldo de. Contribuições para o estudo do negro em Mato Grosso. Cuiabá. EdUFMT. 1888
- AZEVEDO, Elciene. Orfeu de Carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas-SP, Editora da Unicamp, Cecult, 1999.
- BENEDITO, Mouzar. Luis Gama: o libertador de escravos e sua mãe libertária, Luiza Mahin. São Paulo: Expressão Popular, 2006
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: uma historia das ultimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1999
- CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel e Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990
- FERREIRA, João Carlos. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá: SEEM, 2001.
- FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala. 34ª. Rio de Janeiro: Record, 1998
- GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais, morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1991
- GUEDES, Roberto. Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz /São Paulo 1798-1850. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008. P 183
- JESUS, Nauk Maria. Saúde e Doença: Práticas de Curas no Centro da América do Sul (1727 a 1808). Cuiabá – MT. PPGH-UFMT. Dissertação de mestrado. mimeo
- JUCA, Pedro rocha. A imprensa oficial em Mato Grosso. Cuiabá Imprensa Oficial do estado de Mato Grosso.1986.
- LARA, Silvia Hunold. Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750 a 1808. Paz e Terra, 1998
- LEVI, Giovanni. A Herança Imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000
- MACHADO FILHO, Oswaldo. Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872), suas verdades jurídicas e outras histórias policiais. Cuiabá – MT: Carlini & Carniato: EdUFMT, 2006

- MACHADO, Maria Helena P.T. *O Plano e o Pânico: Movimentos sociais na Década da Abolição*. 2.ed. rev. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo*. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MENDONÇA, Estevão. *Breve memória sobre a imprensa em Matto-Grosso*. X - Coleção: Cadernos de História / 1. Cuiabá: Edições UFMT, 1975.
- MOURA, Zilda Alves de. *Cativos nas terras dos pantanais. Escravidão e resistência no sul de Mato Grosso. Séculos XVIII e XIX*. Passo Fundo: EdUPF-Coleção Malungo 15, 2008.
- NASCIMENTO, Flávio A. da Silva. *Racismo Brasileiro, uma pequena introdução crítica*.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através de testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- REIS, João J. & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negro no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, R. N. *Os africanos no Brasil*, 2. ed., São Paulo, 1935
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ªed. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.
- TAVARES, Valdiva de Matos. *A mulher escrava em Cuiabá: espaços de visibilidade e de subordinação 1870 - 1888*. Cuiabá. Especialização em Metodologia da História UFMT. Mimeo.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 a 1888*. Cuiabá – MT. Marco Zero/EdUFMT, 1993
- WISSEMBACH, Maria Cristina C. *Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas. Escravos e Forros no Município de São Paulo, 1850 -1880*. 2ª Ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.